

**ADENDO AO RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO DE FEVEREIRO DE 2014**

Conforme mencionado no Relatório Mensal de Controle Interno referente ao mês de fevereiro de 2014, o controle do limite da despesa com pessoal somente seria verificado, e controlado de fato, quando tivéssemos a informação quanto à Receita Corrente Líquida do Município, o que veio a ser possível apenas em 13 de maio do corrente ano, quando fora encaminhada tal informação à Câmara Municipal. Sendo assim, passamos a completar a análise referente ao item 2.2.2. do relatório supracitado:

**2.2.2. Despesa com pessoal**

Consideramos como despesa com pessoal as despesas exibidas no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000. O limite legal previsto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê o gasto máximo de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município com pessoal do Poder Legislativo. Para a análise do limite estabelecido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, primeiramente, há a necessidade de identificar o total dos gastos com pessoal, relacionando as despesas desta natureza, conforme se segue:

**DESPESAS:**

3.1.90.01.00	Aposentadorias e Reformas .....	R\$12.868,48
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previd. Serv. ou.....	R\$ 73,98
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal (inclusive Subsídio Vereador)....	R\$ 245.663,72
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais .....	R\$ 89.161,78
3.1.90.16.00	Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil.....	R\$ 2.166,16
Total das Despesas com Pessoal.....		R\$ 349.934,12

Encontrado o total das despesas com pessoal, passamos a verificar o percentual do gasto com pessoal do Poder Legislativo em relação à receita corrente líquida do Município, tomando por base o disposto no §2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a saber, somamos a despesa com pessoal realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, o que totalizou o valor de R\$ 3.740.246,15 (três milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e seis reais e quinze centavos). A receita corrente líquida do Município, no mesmo período, totalizou R\$ 153.558.275,49 (cento e cinquenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais e quarenta e nove centavos). Sendo assim, o valor total das despesas com pessoal do Poder Legislativo no período apurado representou 2,44% (dois vírgula quarenta e quatro por cento) da receita corrente líquida do Município, ou seja, bem aquém do limite de 6% (seis por cento), bem como dos limites prudenciais previstos no parágrafo único, do art. 22, e no inciso II, §1º, do art. 59, ambos da LRF.

Com relação ao limite estabelecido pelo inciso VII, do art. 29, da Constituição Federal, a saber, “o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município”, identificamos que a receita do Município no mês em referência foi de R\$ 16.669.417,45 (dezesseis milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta

**COMISSÃO PERMANENTE DE****C****ONTROLE INTERNO**

e cinco centavos), em contrapartida, o total da despesa com remuneração dos Vereadores no mesmo mês representou o montante de R\$ 95.550,00 (noventa e cinco mil quinhentos e cinquenta reais) o que equivale a 0,57% (zero vírgula cinquenta e sete por cento) da referida receita. Contudo, somando-se os resultados da receita do Município do mês anterior com a do mês em referência, e da despesa com a remuneração dos Vereadores da mesma forma, chegamos ao percentual de 0,5% (meio por cento), ficando, assim, comprovada a obediência ao preceito constitucional supramencionado, tendo em vista que se encontra bem aquém do limite constitucional, nem mesmo chegando a 1% da receita do Município, conforme demonstrado abaixo:

<b>MÊS</b>	<b>RECEITA DO MUNICÍPIO</b>	<b>DESPESAS COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES</b>	<b>PERCENTUAL PERMITIDO</b>	<b>PERCENTUAL EFETIVADO</b>
Janeiro	R\$ 21.421.166,70	R\$ 95.550,00	5%	0,45%
Fevereiro	R\$ 16.669.417,45	R\$ 95.550,00	5%	0,57%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 38.090.584,15</b>	<b>R\$ 191.100,00</b>	<b>5%</b>	<b>0,50%</b>

CONSELHEIRO LAFAIETE, 21 DE MAIO DE 2014.

ANDERSON LEONARDO TAVARES

ÉDIA LUCIENE MAGALHÃES DE CARVALHO NETO

ANDERSON HENRIQUES FERREIRA